

# AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2017

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2017 será lembrado como o início da grande transformação do Grupo Neoenergia, controlador da AFLUENTE T, com 87,84% de participação em seu capital social. Com a incorporação da Elektro Holding, em agosto, o Grupo Neoenergia passou a ser o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes. São 13,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pelas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes), um universo de 34 milhões de pessoas – quase 20% da população brasileira. Em Geração, o Grupo Neoenergia possui capacidade instalada de 4,3 GW, entre ativos em operação ou em construção. A base de ativos regulatórios é de R\$ 15 bilhões, a maior entre os players privados do setor no Brasil e América Latina. O Grupo está presente em 16 estados brasileiros e nosso viés é de crescimento sustentável.

Dando sequência a uma parceria de sucesso, construída nestes 20 anos junto ao Banco do Brasil e à PREVI, com a incorporação da Elektro Holding, a Neoenergia tem uma nova composição acionária na qual a Iberdrola torna-se a controladora. O compromisso da Iberdrola no Brasil é claro, histórico e consistente: a Neoenergia é o único veículo de investimentos da Iberdrola no país. Em 2017, os investimentos da Neoenergia, considerando inclusive o investido em suas coligadas, atingiram R\$ 4,4 bilhões, 13% a mais do que em 2016. E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro. O Grupo tem muito a avançar.

A AFLUENTE T encerra o ano de 2017 com uma Receita Líquida de R\$ 23,6 milhões, o EBITDA da Companhia foi de R\$ 12,7 milhões e o lucro de R\$12,5 milhões com um recuo de 12,40% em relação ao ano de 2016, que foi de R\$ 14,3 milhões.

A AFLUENTE T reitera seu compromisso com os clientes por meio da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócio desafiador.

É com muito orgulho dessas conquistas que apresento os nossos resultados de 2017. E quero deixar uma palavra que nos estimula para enfrentar os novos desafios que virão: compromisso.

### DESTAQUES

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil <sup>(1)</sup>	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta	26.516	35.792	(25,92)
Receita Operacional Líquida	23.646	31.353	(24,58)
Margem Operacional Líquida	13.221	17.178	(23,04)
EBITDA	12.666	16.399	(22,76)
Resultado Financeiro	2.278	4.838	(52,91)
Lucro Líquido	12.517	14.288	(12,40)
Margem Operacional (%)	55,91%	54,79%	1,12
Margem EBITDA (%)	53,57%	52,30%	1,26
Margem Líquida (%)	52,93%	45,57%	7,36
Informações Patrimoniais R\$ mil <sup>(1)</sup>	dez/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	54.791	87.616	(37,46)
Dívida Bruta	10.400	14.680	(29,16)
Dívida Líquida <sup>(2)</sup>	(8.545)	(26.318)	(67,53)
Patrimônio Líquido	44.934	76.206	(41,04)
Indicadores Financeiros de Dívida	dez/17	dez/16	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA <sup>(3)</sup>	(0,67)	(1,60)	0,93
EBITDA/Resultado Financeiro <sup>(3)</sup>	(5,56)	(3,39)	(2,17)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

(2) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(3) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses.

### 1. A AFLUENTE T

#### 1.1. Histórico

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 18 de agosto de 2008. A base acionária atual da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,8%), Iberdrola Energia S/A (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%.

A Companhia foi criada sob a denominação de Imanisse Participações S.A., tendo como objeto social desenvolver, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

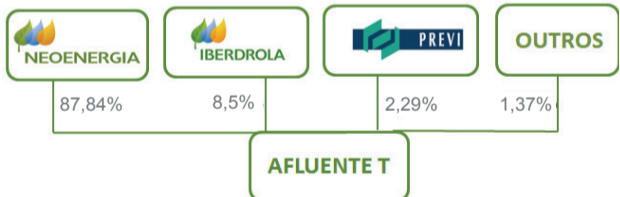
Sua criação é resultado do processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Em 05 de setembro de 2005, por meio da Resolução Autorizativa nº 306, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu a anuência da versão do patrimônio, a transferência de concessão, a reestruturação societária para fins de segregação de atividades da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, a criação da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. e a obrigação de celebração do contrato de geração e transmissão da empresa desverticalizada. As ações da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da COELBA.

No dia 1º de dezembro de 2009, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, a ANEEL autorizou a cisão das concessões de geração e transmissão, passando os ativos e passivos de transmissão da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G&T") para Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A, nova razão social da Imanisse Participações S.A.

Em 12 de abril de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2010 da Afluente T que visa estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Sua cláusula 7ª prevê a realização do processo de revisão tarifária a cada cinco anos, a partir da sua data de assinatura. Contudo, a 1ª revisão ocorreu excepcionalmente em 1º de julho de 2010 - compreendendo o período desde a desverticalização dos ativos da COELBA em 2005 – e foi aplicada sobre toda a sua base de ativos.

Em 06 de março de 2017 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 6.203, que autoriza a Afluente T a construir reforços nas Subestações Funil, Poções II e na Linha de Transmissão que interliga essas Subestações. O prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses a partir da publicação da Resolução.

#### 1.2. Estrutura Societária



### 2. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto – PIB, estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Ibre-FGV, encerrou o ano com crescimento de 1,1% da economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil – BC), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro.

O Governo Central, considerando os números preliminares dos últimos dias de 2017, espera um resultado primário em média R\$30 bilhões melhor do que a meta estimada de R\$159 bilhões para o fim do ano. Essa melhoria da arrecadação da União teve ajuda da massa salarial, cujo ganho real se elevou frente à queda da inflação. Além disso, de acordo com a Secretária do Tesouro Nacional, o governo conta com sobra de recursos para o cumprimento da “regra de ouro” (norma constitucional que visa impedir o endividamento público para pagamento de despesas correntes) das contas públicas em 2017, comprovando mais uma vez a recuperação de receita, e indicando importante redução do déficit primário do Governo Central (Tesouro, BC e Previdência Social), que deve ser menor que R\$130 bilhões. Isto sinaliza um possível caminho ao equilíbrio de suas contas e uma retomada da economia.

Segundo dados apurados pelo BC, o Índice de Commodities Brasil – IC-Br, construído a partir dos preços em reais (R\$) das commodities agrícolas, metálicas e energéticas, fechou 2017 com queda de 0,39%. Isto quer dizer que as matérias-primas que influenciam a inflação encerraram o ano em desvalorização.

Nessa mesma linha, em 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA alcançou o valor de 2,95% (menor que os 6,29% de 2016), e o Índice Geral de Preços-Mercado – IGP-M apresentou queda de 0,52% em 2017 (frente a alta de 7,17% de 2016). O primeiro, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi impactado principalmente pelo comportamento atípico dos preços dos alimentos, responsável por 24,71% do índice, que registraram queda recorde no ano de 2,40%. O segundo, elaborado pela FGV, sofreu com a queda de 2,55% do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA, que tem peso de 60% sobre o IGP-M, regido pela queda de 12,99% dos produtos agropecuários.

Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R\$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R\$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R\$ 15,46 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 69% dos desembolsos, alcançando R\$13,43 bilhões. O custo básico deses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%.

Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo viés tomaram os investimentos vinculados à taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), que, seguindo a Selic, caiu de 13,63% no fim de 2016 para 6,89% no encerramento de 2017. A taxa DI é a taxa de negociação dos CDI's (Certificados de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diários realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. Considerando números consolidados do Grupo Neoenergia, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos, em 31/12/2017, 70,6% da nossa dívida estava indexada ao CDI.

### 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar a entrada em vigor da Resolução Normativa nº 729 de 28 de junho de 2016. Tal Resolução representa grande impacto nas empresas de transmissão, dado que estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da Rede Básica. Esta Resolução revoga e substitui a Resolução Normativa n.º 270/2007 e introduz modificações nos critérios e procedimentos para cálculo da Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI), Atraso (PVA) e Restrição Operativa (Pvro). Excepcionalmente durante o segundo semestre deste ano, por conta de dificuldades operacionais que o ONS vem enfrentando na adequação dos sistemas computacionais de modo a realizar a apuração dos valores de PVI a serem pagos pelas transmissoras, a ANEEL determinou que a contabilização do período de julho a dezembro de 2016 fosse realizada somente a partir de janeiro de 2017.

Ainda em relação à Resolução Normativa nº 729/2016, em julho de 2017, a ANEEL abriu Audiência Pública nº 38, com o objetivo de aprimorar o regulamento. Como resultado, foi publicada a Resolução Normativa nº 782 de 19 de setembro de 2017 que alterou alguns critérios e metodologias de cálculo de PV. Dentre as alterações mais relevantes, podemos citar a extinção do “adicional de RAP”, cujo objetivo era remunerar instalações que ao final de 12 meses apresentassem indicadores de disponibilidade dentro das referências estabelecidas pela ANEEL na REN 729 e os “Padrões de Duração de Desligamento”, que permitiam às instalações da Afluente T períodos pré-estabelecidos para que realizassem “desligamentos programados” e “outros desligamentos”. Ressalta-se que estes eram benefícios que vinham sendo aplicáveis apenas para 3 transmissoras no Brasil, dentre as quais Afluente T, sendo este um dos motivos que levaram à ANEEL equiparar essas transmissoras às demais. Trimestralmente a ANEEL emite um Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo consolidar informações quanto ao andamento de alguns dos empreendimentos de transmissão pertencentes à Rede Básica. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Com base no relatório emitido em dezembro de 2017, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão – SIGET foi possível observar melhorias nos indicadores. De um total de 384 empreendimentos, o percentual de empreendimentos cuja implantação foi adiantada ou ocorreu dentro dos prazos informados aumentou para 14,32% e 34,11%, respectivamente, enquanto que os empreendimentos atrasados reduziram para 44,53% do total, o que corresponde a 171 empreendimentos. Durante esse ano foi aberta pelo Ministério de Minas e Energia a Consulta Pública nº 33, sobre o aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Os principais pontos abordados nesta consulta para o seguimento de transmissão foram:

- Possibilidade de redução de custos nas transações de transmissão.
- Reserva global de reversão para transmissão.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Afluente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos.

Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Transmissão - Em operação	Tipo	Participação Neoenergia	Localização	Entrada Operação	Prazo de Concessão
<b>AFLUENTE T</b>					
<b>Linhas de Transmissão (Extensão Total 489,1 Km)</b>					
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1				13/09/09	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1				13/09/09	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2				02/08/09	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2				19/01/15	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1			BA	24/11/09	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1				18/01/15	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1				31/01/16	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2	Transmissão	87,80%		31/12/90	08/08/27
LT 138 KV Funil - Poções C-1				01/05/93	
<b>Subestações Rede Básica</b>					
Pólo (4 Entradas de Linha)				02/08/09	
Ford (2 Entradas de Linha)				30/09/01	
Funil (2 Entradas de Linha)			BA	31/12/02	
Camaçari IV (2 Entradas de Linha)				18/01/15	
Tomba				31/12/90	
Brumado II - 230/69kV				11/12/02	
Itagibá				13/09/09	

Em 2017, a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,72%, bem em linha com o desempenho realizado nos 4 últimos anos. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

### 5. INVESTIMENTOS

No ano de 2017, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 498,8 mil, conforme abaixo:

- (I) R\$ 190 mil referente à aquisição de 1 disjuntor de 230kV para a SE Tomba;
- (II) R\$ 137 mil com a substituição do banco de baterias da SE Polo;
- (III) R\$ 25 mil para aquisição de 3 para-raios de 230kV para a SE FUNIL;
- (IV) R\$ 49,8 mil com aquisição de equipamentos de teste;
- (V) R\$ 97 mil com aquisição de equipamentos sobressalentes.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

#### 6.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil <sup>(1)</sup>	2017	2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	12.517	14.288	(1.771)	(12,40)
Despesas financeiras	351	616	(265)	(43,02)
Receitas financeiras	(2.629)	(5.454)	2.825	(51,80)
Imposto de renda	2.427	6.949	(4.522)	(65,07)
Amortização	-	-	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>12.666</b>	<b>16.399</b>	<b>(3.733)</b>	<b>(22,76)</b>

<sup>(1)</sup>Em milhares de Reais, excetco onde indicada outra unidade de medida

A Afluente T apurou em 2017 o EBITDA de R\$ 12.666 mil com redução de 22,76%, equivalente a R\$ 3.733 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA em 2017 foi de 53,57%, apresentando um decréscimo de 1,26 p.p. em relação ao ano de 2016.

#### 6.2. Resultado do Ano

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Receita Bruta	26.516	35.792	(9.276)	(25,92)
Deduções da Receita Bruta	(2.870)	(4.439)	1.569	(35,35)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>23.646</b>	<b>31.353</b>	<b>(7.707)</b>	<b>(24,58)</b>
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(10.425)	(14.175)	3.750	(26,46)
<b>Margem Operacional Líquida</b>	<b>13.221</b>	<b>17.178</b>	<b>(3.957)</b>	<b>(23,04)</b>
Gastos e Despesas Operacionais	(555)	(779)	224	(28,75)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>12.666</b>	<b>16.399</b>	<b>(3.733)</b>	<b>(22,76)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>12.666</b>	<b>16.399</b>	<b>(3.733)</b>	<b>(22,76)</b>
Resultado Financeiro	2.278	4.838	(2.560)	(52,91)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>14.944</b>	<b>21.237</b>	<b>(6.293)</b>	<b>(29,63)</b>
IR e CSLL	(2.427)	(6.949)	4.522	(65,07)
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>	<b>12.517</b>	<b>14.288</b>	<b>(1.771)</b>	<b>(12,40)</b>

#### 6.3. Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Remuneração do ativo financeiro	15.163	21.386	(6.223)	(29,10)
Receita de operação e manutenção	10.720	9.149	1.571	17,17
Outras receitas operacionais	121	33	88	266,67
<b>Rec Operac Bruta excl Rec de Construção</b>	<b>26.004</b>	<b>30.568</b>	<b>(4.564)</b>	<b>(14,93)</b>
Receita de construção da infraestrutura da concessão	512	5.224	(4.712)	(90,20)
<b>Receita Operacional Bruta Total</b>	<b>26.516</b>	<b>35.792</b>	<b>(9.276)</b>	<b>(25,92)</b>

A Receita Bruta de Afluente T sofreu uma redução de R\$9.276mil (queda de 25,92%) em comparação ao mesmo período de 2016. Considerando os efeitos da Receita de Construção anulados pelo Custo de Construção, houve uma variação negativa na receita de R\$ 4.564mil (-14,93%) advinda, principalmente, da Remuneração do ativo financeiro e da Receita de operação e manutenção.

A Remuneração do ativo financeiro corresponde à aplicação da taxa interna de retorno do projeto (TIR) sobre a base de recebíveis de transmissão, ou seja, é a Receita de remuneração sobre recebíveis. E a Receita de operação e manutenção é proveniente dos contratos de conexão ao sistema de transmissão e uso de rede, ou seja, corresponde à Receita pela disponibilidade da rede elétrica (operação e manutenção da rede) subtraída pela Reversão da RAP (receita anual permitida).

Conforme decorre o prazo de concessão o saldo de recebíveis tende a se reduzir, como pode ser verificado através da redução de R\$6.223mil (-29,10%) da Remuneração do ativo financeiro, em linha com o processo de desinvestimento observável através da redução de R\$4.712mil (-90,20%) da Receita de construção da infraestrutura da concessão.

Quanto à Receita de operação e manutenção, esta é fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da RAP (reço regulado, tarifa) que é atualizada monetariamente pelo IGP-M. Com a queda da inflação no decorrer do ano, a Reversão da RAP foi menor, e obteve-se uma receita 17,17% maior (crescimento de R\$1.571mil).

#### 6.4. Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS E DESPESAS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Material	(171)	(101)	(70)	69,31
Serviços de terceiros	(9.168)	(8.552)	(616)	7,20
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(134)	(151)	17	(11,26)
Provisões Líquidas - PCLD	(115)	237	(352)	(148,52)
Provisões Líquidas - Contingências	(60)	(494)	434	(87,85)
Outros	(819)	(669)	(150)	22,42
<b>Custos e Despesas excluindo Custo de Construção</b>	<b>(10.467)</b>	<b>(9.730)</b>	<b>(737)</b>	<b>7,57</b>
Custo de Construção	(513)	(5.224)	4.711	(90,18)
<b>Custos e Despesas Total</b>	<b>(10.980)</b>	<b>(14.954)</b>	<b>3.974</b>	<b>(26,57)</b>

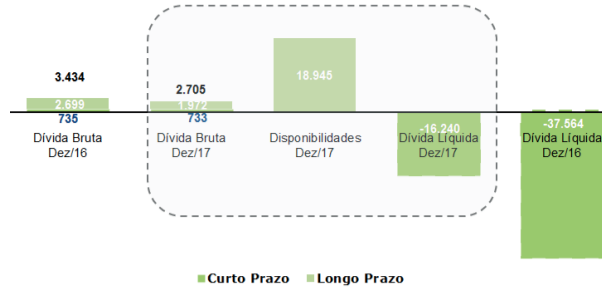
Os Custos e Despesas no ano de 2017 foram reduzidos em R\$3.974mil (queda de 26,57%) quando comparado ao ano anterior. Contudo, como os efeitos do Custo de Construção não interferem no resultado final da Companhia, visto que se anulam com a Receita de Construção, de fato podemos observar um acréscimo nos Custos e Despesas no valor de R\$737mil (7,57%) frente 2016. Deste, os principais impactos no período são oriundos do:

- a) Acréscimo de R\$70mil (aumento de 69,31%) nos custos com material de 2016 para 2017, advindos principalmente materiais de reposição, operação e manutenção e equipamentos, como aquisição de isoladores.
- b) Aumento de R\$616mil (7,20%) dos custos e despesas de serviços de terceiros de 2016 para 2017, provenientes principalmente de despesas de operação e manutenção e contrato de vigilância em subestações e usinas, que tiveram valores complementares pagos este ano.
- c) Aumento de R\$352mil (148,52%) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Provisão constituída em 2017 em decorrência da existência de títulos vencidos a mais de 360 dias não registrados na base de PCLD, em contraposição à reversão ocorrida em 2016 devido ao recebimento de títulos que constavam na base de provisão.
- d) Economia de R\$434mil (87,85%) em provisões líquidas para contingências, decorrente da baixa de depósito judicial em processo e de natureza trabalhista.
- e) Crescimento de outros custos e despesas num montante de R\$150mil (22,42%), composto principalmente por seguros.

#### 6.5. Resultado Financeiro

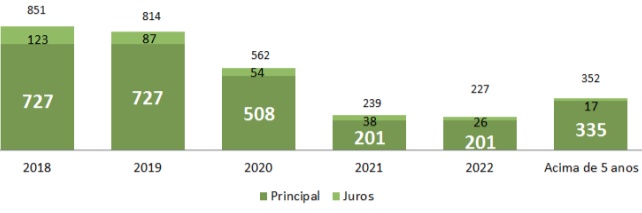
RESULTADO FINANCEIRO (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	2.586	5.432	(2.846)	(52,39)
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	34	20	14	70,00
Encargos de dívidas, variações monetárias e cambiais	(157)	(190)	33	(17,37)
Atualização provisão para contingências /de depósitos judiciais	(82)	(137)	55	(40,15)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(103)	(287)	184	(64,11)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b> </				





## 7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indicadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



## 8. PRÁTICAS DE GESTÃO

### 8.1. Estrutura de Governança

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

#### Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus acionistas nos termos da Lei.

Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

#### Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reunirão sempre que o interesse da Companhia o exigir, com a presença da maioria de seus membros.

A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

#### Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Partes Relacionadas. Cada Comitê é formado por 05 membros titulares e seus respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões conforme demanda.

### 8.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A AFLUENTE T possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que a deliberação de dividendos intermediários ou intercalares, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, é uma facultade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

No ano de 2017, a AFLUENTE T realizou os seguintes pagamentos de proventos:

Ato Societário:	Tipo de Provento:	Valor Bruto (R\$)
Ata do Conselho de Administração de 15/09/2017	Dividendos Intermediários	7.714.460,96
Ata da Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2017	Dividendos	6.073.561,53

### 8.3. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a AFLUENTE T adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A AFLUENTE T disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, e-mail (ri@neoenergia.com), no site Relações com Investidores (www.afluentet.com.br - link RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferências trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

### 8.4. Gestão de Riscos

A área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia atua de forma corporativa para todas as suas empresas e tem como objetivo trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A área é coordenada pela Superintendência de Gestão de Riscos, se reporta à Diretoria Financeira e suas principais responsabilidades são:

- Elaborar e monitorar os Mapas de Riscos dos negócios;
- Elaborar e garantir o cumprimento das Políticas de Risco corporativas e para os negócios do Grupo;
- Avaliar e monitorar o risco de crédito das contrapartes financeiras e comerciais;
- Quantificar e monitorar os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta;
- Elaborar e divulgar relatórios e informações relacionadas aos riscos da companhia para os órgãos reguladores e demais stakeholders;
- Coordenar a realização das reuniões da Comissão de Riscos
- Disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.

## BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Informação Adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO	2017				2016 (Reclassificado)			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)								
Resultado Operacional (RO)								
Folha de Pagamento Bruta (FPB)								
Valor Adicionado Total (VAT)								

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Previdência privada*	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
EspORTE	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total-Indicadores sociais internos</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
EspORTE	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	0,00%	0,00%	0,00%	56	0,34%	0,18%	0,21%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>56</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,18%</b>	<b>0,21%</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	5.531	43,67%	23,39%	30,02%	11.657	71,08%	37,18%	43,86%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>5.531</b>	<b>43,67%</b>	<b>23,39%</b>	<b>30,02%</b>	<b>11.713</b>	<b>71,42%</b>	<b>37,36%</b>	<b>44,07%</b>

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2017	2016
Nº de empregados(as) ao final do período	-	-
Nº de admissões durante o período	-	-
Nº de desligamentos durante o período	-	-
Nº de empregados(as) terceirizados	-	24
Nº de estagiários(as)	-	-
Nº de empregados acima de 45 anos	-	-
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:	-	-
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	-	-
de 36 a 60 anos	-	-
acima de 60 anos	-	-
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:	-	-
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	-	-
com ensino médio	-	-
com ensino técnico	-	-
com ensino superior	-	-

A Política de Gestão de Risco Corporativo da Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos.

Esta Política se desdobra e é complementada por outras políticas do Grupo, também aprovadas pelo Conselho de Administração, tais como:

- Política de Risco de Crédito
- Política de Riscos Financeiros
- Política de Seguros
- Política de Risco de Mercado de Energia
- Política de Risco para o negócio de Geração
- Política de Risco para o negócio de Comercialização
- Política de Risco para o negócio de Distribuição.

A gestão de riscos corporativos é complementada pela estrutura organizacional de Governança do Grupo Neoenergia, que inclui as áreas responsáveis por Compliance, Controles Internos e Auditoria. Estas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos.

Neste modelo, as áreas de negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as demais áreas e funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração do Grupo Neoenergia (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

A área de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia atua hoje de forma independente das áreas de negócio integrando a visão risco-oportunidade na gestão das empresas.

### 8.5. Integridade e Ética

A AFLUENTE TRANSMISSÃO tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envia esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

A empresa aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos a AFLUENTE TRANSMISSÃO conduz uma série de ações dentro do Programa de Integridade da do Grupo Neoenergia, conforme diretrizes do Conselho de Administração, e que estão em linha com a legislação anticorrupção brasileira e as melhores práticas empresariais de compliance. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada desde 2014, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar as ações de disseminação da cultura de integridade e ética por toda a organização.

Em 2017, o esforço da Neoenergia em sua jornada de integridade foi reconhecido pela segunda vez consecutiva, com a conquista do Selo Empresa Pró Ética, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às boas práticas empresariais em termos de prevenção de ilícitos e aderência aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira. Além disso, neste ano destacou-se as ações relacionadas com a reavaliação de riscos de corrupção, desenvolvimento de ações de integridade junto a fornecedores e o esforço empreendido em treinamentos e processos formais de conhecimento e aceitação do Código de Ética e Políticas de Integridade, os quais foram automatizados através da intranet, garantindo mais praticidade, transparência, controle e sustentabilidade para o Grupo Neoenergia.

## 9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia. Em 2017, a empresa criou um ambiente digital específico para divulgar suas ações socioambientais - www.neoenergiasustentavel.com.br - e deu continuidade a diversos programas e projetos de relacionamento com as comunidades onde atua. O foco em educação e cultura, a promoção do uso seguro e eficiente da energia elétrica, e a busca por inovação em processos, produtos e serviços são os pilares das ações socioambientais do Grupo Neoenergia.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado com a metodologia da Global Reporting Initiative desde 2010. O documento apresenta a estratégia, o modelo de gestão, as operações e os desempenhos econômico, social e ambiental da empresa.

Em 2017, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção. A Companhia tem também parcerias estratégicas com fóruns nacionais, como a organização Comunitas, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - Cebeds, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Todas as informações sobre as ações de Responsabilidade Socioambiental do Grupo Neoenergia, incluindo a coleção dos Relatórios de Sustentabilidade, podem ser obtidas em www.neoenergiasustentavel.com.br.

## 10. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo.

Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores:

- Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras;
- Não negociem a segurança;
- Busquem constantemente a meta de zerar acidentes;
- Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;
- Promovam o DESC - Diálogo de Estratégia, Segurança e Comportamento - contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho.

Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos.

## 11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Os serviços de auditoria relacionados à auditoria contemplam: Auditoria das Demonstrações Contábeis e Revisões de Demonstrações Intermediárias Individuais e Consolidada.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## 12. AGRADECIMENTOS

A AFLUENTE T agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2017 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2017					2016					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa											
Nº total de acidentes de trabalho											
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos(as) os empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos(as) os empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos(as) os empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerência	( ) todos(as) + CIPA	( ) todos(as) os empregados(as)	(x) direção e gerência	( ) todos(as) + CIPA	( ) todos(as) os empregados(as)					
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT					
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos(as) os empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos(as) os empregados(as)					
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos(as) os empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos(as) os empregados(as)					
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos					
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	(x) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva					

<b>Contencioso Cível:</b>		
<b>Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):</b>		
Na Empresa	-	-
No Procon	-	-
Na Justiça	-	-
<b>% das reclamações e críticas solucionadas:</b>		
Na Empresa	0%	0%
No Procon	0%	0%
Na Justiça	0%	0%
<b>Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça</b>	-	-
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		
<b>Contingências e passivos trabalhistas:</b>		
<b>Número de processos trabalhistas:</b>		
movidos contra a entidade	-	7
juizados procedentes	-	4
juizados improcedentes	-	-
<b>Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça</b>	-	<b>42.129</b>
<b>Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)</b>	<b>18.426</b>	<b>26.575</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado (DVA):</b>		
Ao Governo (%)	30%	43,9%
Aos Colaboradores (%)	0%	0%
Aos Acionistas (%)	68%	53,8%
A terceiros (%)	2%	2%

### 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 10.338.320/0001-00

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: **Fone:** (21) 3235-9880 **E-mail:** alexandre.medeiros@neoenergia.com Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.



**BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	2016 (Reclassificado)		2016 (Reclassificado)	
Ativo	Notas	2017	Notas	2017
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.945	51	18.945
Contas a receber de clientes	6	3.647	4.470	3.647
Titulos e valores mobiliários	5	-	35.723	-
Impostos e contribuições a recuperar		233	80	
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	30.257	28.553	30.257
Outros ativos circulantes		4	4	
<b>Total do circulante</b>		<b>53.086</b>	<b>68.881</b>	<b>53.086</b>
<b>Não circulante</b>				
Titulos e valores mobiliários	5	-	5.224	-
Impostos e contribuições a recuperar		289	289	
Depósitos judiciais	13	141	173	141
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	1.275	13.049	1.275
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.705</b>	<b>18.735</b>	<b>1.705</b>
<b>Ativo total</b>		<b>54.791</b>	<b>87.616</b>	<b>54.791</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	Reserva de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados		
Lucro líquido do exercício	63.085	6.332	-	9.001	78.418
Destinação do lucro:	-	-	14.288	-	14.288
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(9.001)	(9.001)
Reserva legal	-	715	(715)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(7.499)	-	(7.499)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.074)	6.074	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>63.085</b>	<b>7.047</b>	<b>-</b>	<b>6.074</b>	<b>76.206</b>
Redução de capital (Nota 12)	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.517	-	12.517
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(6.074)	(6.074)
Destinação do lucro:	-	-	(7.714)	-	(7.714)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(4.803)	4.803	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>33.085</b>	<b>7.047</b>	<b>-</b>	<b>4.803</b>	<b>44.935</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Aflluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Aflluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camacari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. Em fevereiro de 2016, a Companhia concluiu o projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves sectionadoras na Subestação. Cabe ressaltar que a RAP do reforço em Brumado II será definida no próximo ciclo (2017/2018). A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2258, de 27 de junho de 2017, é de R\$ 38.011 para o período 2017/2018. Para o período 2016/2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$ 37.423 para a Companhia, excluindo PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; (ii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; vide nota explicativa n° 6; (iii) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências; vide nota explicativa n° 13. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **Mensuração:** Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano

físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **2.8. Concessão do serviço público (ativo financeiro):** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP). Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinada pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando se há obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.10.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):** A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. **2.12. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.13. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.14. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.15. Encargos setoriais:** a) **Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. b) **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. c) **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. d) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração. • **Classificação - Ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas		2017	2016
<b>Receita operacional líquida</b>	15	23.646	31.353	23.646
<b>Custos dos serviços</b>			(10.425)	(14.175)
Custos de operação	16	(9.913)	(8.951)	(9.913)
Custos de construção	17	(512)	(5.224)	(512)
<b>Lucro bruto</b>			13.221	17.178
Despesas gerais e administrativas	16	(555)	(779)	(555)
<b>Lucro operacional</b>			12.666	16.399
Receitas financeiras	18	2.629	5.454	2.629
Despesas financeiras	18	(351)	(616)	(351)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			14.944	21.237
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			(2.427)	(6.949)
Corrente	11	(2.014)	(2.955)	(2.014)
Diferido	11	(413)	(3.994)	(413)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			12.517	14.288
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>			0,38	0,23
Ordinária			0,38	0,23
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	2017		2016	
Lucro líquido do exercício	12.517	14.288		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	12.517	14.288		
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>			0,38	0,23
Ordinária			0,38	0,23
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	2016 (Reclassificado)	
	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	14.944	21.237
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(28.114)	(35.494)
Receita de operação e manutenção	(10.720)	(9.149)
Remuneração do ativo financeiro	(15.163)	(21.386)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	157	192
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	116	(237)
Provisão para contingências trabalhistas	-	379
Atualização das provisões para contingências	82	137
Atualização de títulos e valores mobiliários	(2.586)	(5.430)
	(13.170)	(14.257)
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	707	(47)
IR e CSSL a recuperar	(746)	(1.055)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSSL	(2)	15
Depósitos judiciais	32	(53)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	36.465	36.127
Outros ativos	-	185
	36.456	35.172
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(930)	(452)
Encargos setoriais	(196)	152
Encargos de dívidas pagas	(157)	(192)
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido pagos	(1.475)	(1.874)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSSL	29	(272)
Outros passivos	(180)	96
	(2.909)	(2.542)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	20.377	18.373
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Investimento em ativo financeiro da concessão	(512)	(5.224)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	43.532	(35.280)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	43.020	(40.504)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	(30.000)	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(729)	(602)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.774)	(19.480)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(44.503)	(20.082)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.894	(42.213)
Caixa e equivalentes no início do exercício	51	42.264
Caixa e equivalentes no final do exercício	18.945	51
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.894	(42.213)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)**

	2017		2016	
<b>Receitas</b>				
Serviços de transmissão de energia e outros	26.516	35.792		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116)	237		
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.603)	(14.908)		
Valor adicionado líquido produzido	15.797	21.121		
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	2.629	5.454		
Valor adicionado total a distribuir	18.426	26.575		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Impostos, taxas e contribuições				
PIS/COFINS sobre faturamento	1.336	1.319		
Imposto de renda e contribuição social	2.427	6.949		
Obrigações intra-setoriais	1.668	3.271		
Outros	100	118		
Subtotal	5.531	11.657		
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Juros e variações monetárias	351	616		
Aluguéis	27	14		
Subtotal	378	630		
<b>Remuneração de capitais de próprios</b>				
Dividendos distribuídos	7.714	7.499		
Dividendos	4.803	6.074		
Reserva legal	-	715		
Subtotal	12.517	14.288		
Valor adicionado distribuído	18.426	26.575		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação do IFRS 9. Até a presente data, não existe um consenso no setor para a adequada definição quanto a mensuração dos ativos financeiros da concessão, tanto para a parcela a ser recuperada por meio da RAP quanto, da parcela ser indenizada ao final da concessão. Dessa forma, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. • **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9/CPC 48, substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “



consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. • **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e – o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. • **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. **3.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. • **Receita de operação e manutenção:** Corresponde a um percentual do faturamento da RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. • **Remuneração do ativo financeiro:** Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A remuneração do ativo financeiro também é parte da RAP. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. • **Receita de construção:** Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual a zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. • **Transição:** A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. **3.3. IFRS 16 Leases (arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. • **Transição:** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido com um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **3.4. Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS:

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos referentes às aplicações financeiras da conta de Caixa e equivalentes de caixa para a conta de Títulos e valores mobiliários e a reclassificação da conta de concessão de serviços públicos (ativo financeiro) da linha de atividades de investimentos para atividades operacionais. As aplicações financeiras que foram reclassificadas não atendiam a todos os critérios para a classificação como equivalentes de caixa, uma vez que não vinham sendo utilizados para atender a compromisso de curto prazo, bem como em alguns casos tinham prazo de vencimento superior a noventa dias. Os valores referentes a ativos financeiros de concessão de serviços públicos foram reclassificados pois referem-se aos fluxos de caixa advindos da atividade geradora de receita da Companhia. A tabela a seguir resume esses impactos:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016			
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reclassificado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	35.307	(35.256)	51
Títulos e valores mobiliários	467	35.256	35.723
Outros	51.842	-	51.842
<b>Total de ativos</b>	<b>87.616</b>	-	<b>87.616</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>11.410</b>	-	<b>11.410</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>76.206</b>	-	<b>76.206</b>

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016			
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reclassificado</u>
Atividades operacionais	(3.175)	16.324	13.149
Atividades de investimento	16.300	(51.580)	(35.280)
Atividades de financiamento	(20.082)	-	(20.082)

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(a)</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista		26	51
Fundos de investimento		18.919	
		18.945	51
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>(b)</b>		
Fundos de investimento		-	40.947
Total		-	<u>40.998</u>
Circulante		18.945	35.774
Não circulante		-	5.224

(a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (b) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo. Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

<u>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</u>	<u>2017</u>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>	
BB TOP Curto Prazo	18.907
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	<u>12</u>
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<b>18.919</b>
<b>Carteira (Títulos e valores mobiliários)</b>	<b>2016</b>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>	
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	7.598
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	25.263
CDBs	2.315
LF	4.295
Debêntures	91
DPGE	1.305
Outros	80
<b>Total TVM - Fundos Exclusivos</b>	<b>40.947</b>

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos a receber	4.408	5.115
Terceiros	2.807	3.359
Partes relacionadas (nota 19)	1.601	1.756
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(761)	(645)
<b>Total</b>	<b>3.647</b>	<b>4.470</b>

#### 7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recebeíveis	(a)	30.820	41.433
Indenização	(b)	712	169
Total		<u>31.532</u>	<u>41.602</u>
Circulante		30.257	28.553
Não Circulante		1.275	13.049

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados à taxa interna de retorno. (b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação/indenização, conforme quadro abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Indenização no final da concessão	36.389	36.389
Tempo residual da concessão (meses)	116	128
TIR	3,45%	4,29%
Circulante	712	169

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.970
Adições	5.224
Amortização/reversão	(26.978)
Atualização/valor justo	21.386
Saldo em 31 de dezembro de 2016	41.602
Adições	512
Amortização/reversão	(25.745)
Atualização/valor justo	15.163
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.532

#### 8. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	619	1.169
Terceiros	10	390
Partes relacionadas (nota 19)	629	1.559
<b>Total</b>	<b>1.258</b>	<b>3.118</b>

#### 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

BANCO DO BRASIL

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	733	735
Não Circulante	1.972	2.699

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva entre 4,5% a.a. e 6% a.a., que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, finalizando em agosto de 2024. Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	727
2019	727	727
2020	508	508
2021	201	201
2022	201	201
Após 2022	335	335
Total obrigações	1.972	2.699

mutação de empréstimos e financiamentos está como segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	610	3.426	4.036
Encargos	192	-	192
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(794)	-	(794)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	733	2.699	3.434
Encargos	157	-	157
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(886)	-	(886)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	733	1.972	2.705

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Alterações em não</u>	<u>Alterações</u>
	<u>Adi- cões</u>	<u>cxas</u>	<u>em não</u>
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos	4.036	(794)	-
		192	3.434
		(886)	-
		157	2.705

#### 10. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	83	105
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	21	24
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	366	535
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	9	10
Ministério de Minas e Energia - MME	11	12
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>686</b>
Circulante	138	508
Não circulante	352	178

#### 11. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda		
Diferenças temporárias	(11.447)	(2.862)
	(11.447)	(10.374)
	(2.594)	(2.594)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição Social		
Diferenças temporárias	(17.171)	(1.545)
	(17.171)	(15.561)
	(1.400)	(1.400)

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita da Atividade	36.463	36.463
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	8%	12%
Receita de Serviço	87	87
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	32%	32%
Base de Cálculo	2.945	4.403
Receitas financeiras	2.629	2.629
Receita Aluguel	34	34
Base de Cálculo para IRPJ/CSLL	5.608	7.066
Imposto de renda e contribuição social no período	1.402	636
Ajuste Adicional IRPJ	(24)	-
Diferido - Juros Ativo Financeiro (CS)	268	145
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.646	781
Corrente	1.378	636
Recolhidos e Pagos	666	484
Á pagar	154	114
Compensados e deduzidos	558	38
Diferido	268	145
	1.646	781

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda - IR	154	118
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	114	207
Programa de integração social - PIS	17	18
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	80	83
Imposto sobre serviços - ISS	306	286
Impostos e contribuições retidos na fonte	93	80
	764	792

#### 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda - IR	154	118
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	114	207
Programa de integração social - PIS	17	18
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	80	83
Imposto sobre serviços - ISS	306	286
Impostos e contribuições retidos na fonte	93	80
	764	792

#### 13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível. A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37
Adições	379
Atualização	137
Saldo em 31 de dezembro de 2016	553
Atualização	82
Saldo em 31 de dezembro de 2017	635

Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de caros e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. a) Depósitos judiciais: Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Trabalhistas	2017	2016
Total	141	173

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução de capital no valor de R\$ 30.000, cuja anuência da Anel foi obtida em 13 de dezembro de 2016 através do Despacho nº 3.267. Como consequência da redução de capital, o valor de R\$ 0,4755 por ação ordinária foi devolvido aos acionistas no prazo previsto na Lei das Sociedades por Ações. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 33.085 (R\$ 63.085 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escrituras e sem valor nominal, como segue:

Lote de mil Ações Ordinárias			
	<u>Lote de mil ações</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Neoenergia	55.416	29.063	87,84%
Iberdrola	5.361	2.812	8,50%
PREVI	1.446	758	2,29



As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:
(a) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
(b) Consumo próprio de energia.
(c) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do ICPM.
(d) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.
**19.1. Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28:** O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia.
**19.2. Remuneração da administração:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

## 20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

**a) Considerações gerais e políticas:** A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.
**b) Gestão de capital:** A Companhia administra seu capital com o objetivo de preservar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.
**c) Gestão de risco de mercado: Risco de taxas de juros e índice de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.
**d) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 18.919 em fundos exclusivos. A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	2.705	3.044	851	814	562	239	227	351
Fornecedores	629	629	629					-

**e) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2017	2016
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18.945	51
Títulos e valores mobiliários	-	40.947
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	4.408	5.115
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	30.820	41.433
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		
Concessão do Serviço Público - Indenização	712	169

**f) Análise de sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
• Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
• Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
• Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2017, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

	Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018			
<b>Marcus Moreira de Almeida</b> <b>Marcio Hamilton Ferreira</b>	<b>Mario José Ruiz-Tagle Larrain</b> <b>Marcus Vinicius Codeceira Lopes Pedreira</b>	<b>Aguinaldo Barbieri</b>	<b>Solange Maria Pinto Ribeiro</b>	<b>Lara Cristina Ribeiro Piau Marques</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### (a) Valorização dos Ativos Financeiros da Concessão

*(Consulte a nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras)*

A Companhia possui registrado ativo financeiro, em 31 de dezembro de 2017 referente a contabilização dos investimentos inerentes a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, cujo contrato estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem, ao final da concessão, serem revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização bem como o direito de receber caixa, através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP). A atualização do ativo financeiro envolve julgamento por parte da Companhia, tendo em vista que a valorização do ativo financeiro leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e pela definição e alocação dos gastos incorridos entre custos capitalizados, pelo aumento da capacidade instalada ou melhoria de infraestrutura, sujeitos à revisão do órgão regulador, e despesas de manutenção incorridas as quais, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia atualiza trimestralmente o valor reconhecido do ativo financeiro e as suas estimativas de fluxos de caixa futuros e atualiza uma vez por ano as taxas efetivas de juros pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor (IPCA). Devido ao grau de subjetividade envolvido no processo de avaliação desse ativo, a magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que qualquer alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos pode impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre o desenho e implementação dos controles chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também o recálculo do ativo financeiro e confronto dos avisos de crédito emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e recebimentos com os registros contábeis, para as parcelas realizadas, além da análise da aplicação de aspectos do contrato de concessão que impactam a mensuração do ativo financeiro, tais como a receita anual permitida e o tempo da concessão. Envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas para a revisão dos modelos de avaliação do valor justo do ativo financeiro das instalações de transmissão. Com base em amostragem, para os gastos ocorridos durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre recebimentos do ativo financeiro e gastos com manutenção registrados no resultado do exercício, bem como avaliamos a natureza desses investimentos. Avaliamos ainda o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos ativos financeiros da concessão é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2017 sem modificações. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua auditoria, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as

			R\$			
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Cenário		
			Saldo	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)

**g) Estimativa a Valor Justo:** O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		2017		2016	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Contas a receber de clientes e outros	-	34.461	34.461	46.072	46.072
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	3.647	3.647	4.470	4.470
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>30.820</b>	<b>30.820</b>	<b>41.433</b>	<b>41.433</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.945	18.945	51	51
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	40.947	40.947
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	3.334	3.334	4.993	4.993
Empréstimos e financiamentos	2	629	629	1.559	1.559
		2.705	2.705	3.434	3.434

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curt prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

### 21. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Substações e Usinas	30.11.17 a 30.11.18	326.560	238
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.17 a 30.11.18	100.000	23
Veículos	08.10.17 a 31.05.18	100% FIPE	2

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Marcus Moreira de Almeida - Presidente</b>	<b>Mario José Ruiz-Tagle Larrain - Vice-Presidente</b>
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Aguinaldo Barbieri</b>	<b>Marcio Hamilton Ferreira</b>
<b>Solange Maria Pinto Ribeiro</b>	<b>Marcus Vinicius Codeceira Lopes Pedreira</b>
	<b>Lara Cristina Ribeiro Piau Marques</b>

### DIRETORIA EXECUTIVA

	<b>Alejandro Roman Arroyo - Diretor Presidente</b>	<b>Eunice Rios Guimarães Batista</b>
<b>Sandro Kohler Marcondes</b>	<b>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</b>	<b>Diretora de Gestão de Pessoas</b>
<b>José Eduardo Pinheiro Santos Tanure</b>	<b>Diretor de Regulação</b>	<b>Eduardo Capelastegui Saiz</b>
		<b>Diretor de Planejamento e Controle</b>

### CONTADORA

Vivian Paim Lopes - CRC-RJ - 104355/O-8

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Afluente T, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2017; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente T, relativas ao exercício social findo em 31.12.2017.

	Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018			
	<b>Alejandro Román Arroyo - Diretor Presidente</b>	<b>Eduardo Capelastegui Saiz</b>	<b>Diretor de Planejamento e Controle</b>	<b>José Eduardo Pinheiro Santos Tanure</b>
<b>Sandro Kohler Marcondes</b>	<b>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</b>	<b>Eunice Rios Guimarães Batista</b>	<b>Diretora de Gestão de Pessoas</b>	<b>Diretor de Regulação</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação por o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018

<b>KPMG</b> Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ	<b>José Luiz de Souza Gurgel</b> Contador - CRC RJ-087339/O-4
--	--